

# **Ministério da Defesa Nacional**

Estado-Maior-General das Forças Armadas

Instituto Universitário Militar



## **CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

**Procedimento: AJUSTE DIRETO**

**NPD n.º 2025001710**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE REPARAÇÃO DO GERADOR DO  
IUM**



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

## Índice

1. Identificação do procedimento .....	3
2. Entidade adjudicante .....	3
3. Entidade competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa .....	3
4. Fundamento da escolha do tipo de procedimento .....	3
5. Critério de adjudicação e critério de desempate .....	3
6. Júri do procedimento .....	4
7. Condições de participação e disponibilização das peças do procedimento .....	4
8. Admissão de concorrentes .....	4
9. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento .....	4
10. Erros e omissões .....	5
11. Documentos que integram a proposta .....	6
12. Apresentação de propostas variantes .....	8
13. Prazo, Modo de apresentação e Entrega da proposta .....	8
14. Consulta da lista dos concorrentes e das propostas .....	8
15. Negociação .....	8
16. Prazo de manutenção das propostas .....	8
17. Audiência prévia .....	8
18. Notificação da decisão de adjudicação .....	9
19. Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação .....	9
20. Caução .....	10
21. Celebração do contrato escrito .....	11
22. Legislação Aplicável .....	11
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO ENCARGOS .....	12
ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	14
APENSO A .....	15



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**1. Identificação do procedimento**

O presente procedimento tem por objeto a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE REPARAÇÃO DO GERADOR DO IUM”.

**2. Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Estado Português - Ministério da Defesa Nacional - Estado-Maior-General das Forças Armadas – Instituto Universitário Militar (IUM), sito na Rua de Pedrouços, N.º 122, 1449-027 Lisboa, NIF 600 010 180, com o telefone n.º (351) 213 002 100, fax n.º (351) 213 002 162, endereço eletrónico: aquisicoes@ium.pt.

**3. Entidade competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa**

A entidade competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é o Comandante do Instituto Universitário Militar, conforme disposto no Despacho n.º 15107/2024 de 24 de dezembro de 2024 do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 249 de 24 de dezembro de 2024, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**4. Fundamento da escolha do tipo de procedimento**

- a. O presente procedimento é efetuado ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- b. Foi efetuada consulta preliminar ao mercado, no âmbito do artigo 35.º-A do CCP, a qual consta no processo administrativo.

**5. Critério de adjudicação e critério de desempate**

O procedimento é efetuado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, com convite a uma única empresa, pelo que não é aplicável o critério de adjudicação nem o critério de desempate.



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**6. Júri do procedimento**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 67.º conjugado com o n.º 1 do artigo 125.º ambos do CCP, não é constituído júri, competindo ao Serviço Financeiro do Instituto Universitário Militar, solicitar esclarecimentos sobre a proposta e submeter superiormente o projeto da decisão de adjudicação.

**7. Condições de participação e disponibilização das peças do procedimento**

- a. Toda a informação e documentação enviada pelos interessados ou concorrentes, através da plataforma eletrónica, deve ser assinada eletronicamente pela(s) pessoa(s) com poderes representativos dos interessados ou concorrentes.
- b. Para dar cumprimento ao disposto na alínea anterior, os representantes dos interessados ou concorrentes devem ser detentores de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos artigos 54.º e 57.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, adquirida através de uma entidade certificadora ou, em alternativa, através da assinatura digital do cartão de cidadão, devidamente acompanhada de uma declaração de representação de poderes que vincula o interessado ou concorrente.
- c. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma, juntamente com a proposta, um documento indicando comprovadamente o poder de representação e a assinatura do assinante, em cumprimento do n.º 7 do mencionado artigo 54.º (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- d. As peças do procedimento encontram-se, única e exclusivamente, disponíveis para download, no portal referido na alínea a.

**8. Admissão de concorrentes**

Podem apresentar propostas os concorrentes que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

**9. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

- a. Nos termos do artigo 50.º do CCP:



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

- 1) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - 2) Os esclarecimentos são prestados pelo júri do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - 3) Quando não tenha sido constituído júri ou o mesmo tenha sido dispensado, consideram-se os esclarecimentos feitas ao Serviço Financeiro do IUM, as referências feitas ao júri.
  - 4) O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos na alínea 2);
  - 5) Os esclarecimentos e retificações são disponibilizados na plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante delas e a prevalecer sobre estas em caso de divergência;
  - 6) Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas será adequadamente prorrogado;
  - 7) Todas as entidades convidadas são imediatamente notificadas dos esclarecimentos prestados, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).
- b. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo, conforme o disposto no artigo 116.º do CCP.

## **10. Erros e omissões**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP:

- a. São erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
  - 1) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

- 2) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - 3) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
  - 4) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- b. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos no **ponto 10.a.4)** e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas;
  - c. A apresentação da lista referida na alínea anterior, por qualquer interessado, considera-se rejeitada se não aceite até ao termo do segundo terço do prazo de apresentação de propostas;
  - d. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto na alínea d., até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites;
  - e. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea anterior;
  - f. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nas alíneas c. a f., são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)) e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

## 11. Documentos que integram a proposta

- a. Nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, a proposta deve incluir os seguintes documentos, de apresentação obrigatória:



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

- 1) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente **Convite à apresentação de propostas**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Sendo um agrupamento concorrente, a declaração referida deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 2) Elementos relativos aos aspetos submetidos à concorrência (atributos da proposta):
  - a) Preço total, com exclusão do IVA, indicado em algarismos e por extenso;
- 3) Elementos relativos aos aspetos não submetidos à concorrência (condições da proposta):
  - a) **Lista de Preços unitários**, conforme **Apenso A**, ao presente **Convite à apresentação de propostas**.
  - b) Prazo de entrega, expresso em dias, de acordo com o caderno de encargos;
  - c) A proposta apresentada deve incluir a informação da matriz de requisitos, em Apenso A, ao presente programa à apresentação de propostas, devidamente preenchida.
- b. O concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para a apreciação da proposta.
- c. Na proposta deve constar o nome da pessoa de contacto da empresa, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal (informação de carácter não obrigatório).
- d. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 58.º do CCP. Contudo, considerando a especificidade de alguma documentação técnica, são aceites documentos de índole técnica redigidos em língua inglesa, ao abrigo do n.º 2 do artigo 58.º do CCP.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**

**12. Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

**13. Prazo, Modo de apresentação e Entrega da proposta.**

- a. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser entregues até às 23h59 do 6º dia, a contar da data da publicação do anúncio, exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)) em conformidade com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º e no artigo 63.º, ambos do CCP.
- b. Deve ser atribuído um código à proposta, nos termos do Anexo II à da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- c. A proposta deve ser assinada eletronicamente pela(s) pessoa(s) com poderes para obrigar o concorrente, nos termos do disposto nos pontos 7.b. e 7.c..
- d. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual beneficia todos os interessados, em conformidade com o estipulado no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

**14. Consulta da lista dos concorrentes e das propostas**

No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas é disponibilizada, a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), a lista dos concorrentes que apresentaram proposta, bem como as respetivas propostas.

**15. Negociação**

As propostas apresentadas não são objeto de negociação.

**16. Prazo de manutenção das propostas**

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 dias, ao abrigo do disposto no artigo 65.º do CCP.

**17. Audiência prévia**

- a. Após a elaboração do relatório preliminar de análise das propostas, o mesmo é enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo de 3 dias úteis, para que se





S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, prevista no artigo 123.º do CCP.

- b. O relatório, referido na alínea anterior, é enviado através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), podendo os concorrentes se pronunciar pela mesma via.
- c. Não há lugar à fase de audiência prévia nem à elaboração dos relatórios preliminar e final quando for apresentada apenas uma proposta, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 125.º do CCP.
- d. Não há lugar à fase de audiência prévia nem à elaboração dos relatórios preliminar e final quando for apresentada apenas uma proposta, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 125.º, por remissão do artigo 147.º do CCP.

#### **18. Notificação da decisão de adjudicação**

Nos termos do disposto no artigo 77.º do CCP:

- a. A decisão de adjudicação é notificada através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), em simultâneo, a todos os concorrentes, sendo acompanhada do relatório final de análise das propostas;
- b. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário:
  - 1) Para entregar os documentos de habilitação, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
  - 2) Da minuta do contrato a celebrar, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 100.º e do artigo 101.º, ambos do CCP.

#### **19. Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação**

- a. Em conformidade com o artigo 81.º do CCP em conjugação com o disposto no artigo 161.º do mesmo código, devem ser apresentados os seguintes documentos:
  - 1) Declaração emitida conforme modelo constante no anexo II ao presente programa à apresentação de propostas;
  - 2) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
    - a) Certidão ou documento comprovativo de que a empresa se encontra com a situação fiscal regularizada;



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

- b) Certidão ou documento comprovativo de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;
  - c) Certificado de Registo Criminal da pessoa coletiva, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrarem em efetividade de funções, seu(s) representante(s) quando aplicável e outros que da leitura da certidão de registo comercial ou certidão permanente atualizada, se encontrem designados e em funções.
- 3) O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no convite à apresentação de propostas, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito;
- b. Certidão permanente da empresa.
  - c. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), sem prejuízo do disposto nos pontos seguintes.
  - d. A apresentação dos documentos de habilitação, ou a indicação do endereço de internet onde aqueles possam ser consultados de acordo com a alínea anterior, deve ser efetuada no prazo de 3 dias.
  - e. O adjudicatário tem um prazo de 2 dias para suprir qualquer irregularidade detetada nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, a contar da comunicação desse facto por parte da entidade adjudicante.
  - f. Da apresentação dos documentos de habilitação, do adjudicatário, são notificados, em simultâneo, todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibilizando-os para consulta de todos os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 85.º do CCP.

## **20. Caução**

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.



S.

R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**21. Celebração do contrato escrito.**

Não há lugar a contrato escrito, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

**22. Legislação Aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente convite, deve observar-se o disposto no CCP e demais legislações aplicáveis.

O Comandante do IUM

*(original assinado encontra-se arquivado no Serviço Financeiro)*

Pedro Miguel de Sousa Costa

Vice-Almirante



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

## **ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO ENCARGOS**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2 ) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3 ): a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

( 1 ) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

( 2 ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( 3 ) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e no n.º 2 e n.º 3 do artigo 57.º

( 4 ) Nos termos do disposto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

## ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2 ) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3 )] os documentos comprovativos de que a sua representada (4 ) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5 )].

( 1 ) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

( 2 ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( 3 ) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

( 4 ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( 5 ) Nos termos do disposto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**APENSO A**  
**MATRIZ DE SATISFAÇÃO DE REQUISITOS**

**Requisitos Gerais**

Requisitos	Condição a respeitar	Proposta /Conforme CE (Consoante aplicável)	Observações
<b>Preço</b> (sem IVA)	Menor ou igual a 5.022,32 € (cinco mil vinte e dois euros e trinta e dois cêntimos)		Especificar valor total da proposta.
<b>Prazo de execução</b>	Máximo até <b>30 dias</b> , em coordenação com o Gestor do Contrato para os prazos parciais		Especificar prazos de entrega do objeto de contrato.
<b>Prazo de manutenção das propostas</b>	Mínimo de <b>66 dias</b> .		Especificar prazo de manutenção da proposta.
<b>Condições de pagamento</b>	Prazo máximo de <b>60 dias</b> , após a data da apresentação da fatura.		Em conformidade com o CE/Não conforme com o CE.

**Lista de Preços Unitários**

Art.º	Descrição	Quant. estimada	Preço Unitário
1	<b>Reparação de avaria no grupo gerador</b> - O gerador não entra em funcionamento devido a anomalia na pressão de combustível à saída da própria bomba de alta pressão, sendo o valor nominal 8000kpa, a mesma só está com capacidade de elevar a mesma até 4250kpa		
1.1	- Substituição da mesma e trabalhos de mão-de-obra	1	
1.2	- Bomba Alta pressão Valorização de bomba danificada	1	
	<b>TOTAL DO ORÇAMENTO</b>		<b>5.022,32 €</b>